ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO NEOLIBERAL: democratização ou contra-reforma?

Mariana Gleicy de Oliveira Silva Sousa[1]

Gilcélia Batista de Góis[2]

RESUMO

Com a adesão do Brasil ao neoliberalismo, ocorreram diversas mudanças na educação superior, na qual estão direcionadas a um “amplo processo de democratização”. Sendo assim, foram adotadas uma série de "reformas" orientadas pelos organismos internacionais para atingir tal finalidade. Diante disso, nosso trabalho tem por objetivo trazer um panorama geral do neoliberalismo no contexto brasileiro, refletir sobre as mudanças ocorridas no ensino superior nesse período, e como ocorreu seu processo de expansão no cenário nacional. Para apreender nosso objeto de análise, fazemos uma breve revisão de literatura, na qual utilizaremos autores que tratam e estudam a temática numa perspectiva marxista. Desse modo, depreende-se que a chamada "reforma" ocorrida na educação superior no sentido de democratização das vagas para essa modalidade de ensino, se constituiu, na verdade, em uma contra-reforma, na qual é claro o processo de privatização, sucateamento das IES públicas e investimento dos recursos públicos no ensino superior privado.

Palavras-chave: Ensino superior. Neoliberalismo. contra-reforma. Democratização.

ABSTRACT

With Brazil's adherence to neoliberalism, there were several changes in Brazilian higher education, which are directed towards a broad process of democratization. Thus, a series of "reforms" guided by international organizations were adopted to achieve this purpose. Therefore, our work aims to provide an overview of neoliberalism in the Brazilian context, reflect on the changes that occurred in higher education during this period, and how its expansion process occurred in the national scenario. To apprehend our object of analysis, we make a brief literature review, in which we will use authors who debate the theme from a Marxist perspective. Thus, it appears that the so-called

[1] Assistente social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (PPGSSDS) da UERN. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas (GEPP/UERN). marianagleicy2018@gmail.com.

[2] Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2013). Professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (PPGSSDS/UERN-Mestrado). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (GEPP/ UERN). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Terceira Idade (NEPTI/FASSO/UERN). gilceliagois@gmail.com.

"reform" that took place in higher education in the sense of democratization of vacancies for this type of education, was actually constituted in a counter-reform, in which the privatization process, scrapping is clear of public HEIs and investment of public resources in private higher education.

Keywords: Higher education. Neoliberalism. counter-reform. Democratization.

1 INTRODUÇÃO

O Estado, no cenário atual, se encontra sob orientação do neoliberalismo, na qual tem como fito central a contenção de investimentos na área social, bem como num desmonte das políticas sociais. Nesse contexto, a educação superior é alvo de diversas "reformas" com o objetivo de democratizar o acesso a essa modalidade de ensino, seguindo as diretrizes dos organismos internacionais, entre eles, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial. No entanto, o ensino superior, apesar da falácia do governo de expansão, se encontra em uma contradição, como expandir se ao mesmo tempo temos cortes orçamentários para estas instituições. De fato, temos um processo de contra-reforma[3], com o processo de privatização, sucateamento das IES públicas, com a diminuição dos investimentos, e um aumento dos recursos públicos sendo aplicado no ensino superior privado.

Assim sendo, nosso trabalho tem por objetivo trazer um panorama geral do neoliberalismo no contexto brasileiro, bem como refletir sobre as mudanças ocorridas na educação superior e como se deu o processo de expansão dessa modalidade de ensino no cenário nacional, nos períodos de 1995 a 2010.

Para apreender nosso objeto de análise, fazemos uma breve revisão de literatura, adotamos em nosso trabalho uma perspectiva teórico-metodológica de cunho Marxista, na qual utilizaremos alguns autores/as que debatem a temática nessa perspectiva, que trazem em seu bojo uma análise crítica, histórica e dialética da realidade, e assim entendermos as contradições da expansão do ensino superior brasileiro.

[3] Ver Behring (2003).

Outrossim, nosso artigo é dividido em duas partes. Na primeira, discutiremos, em linhas gerais, a implementação da educação superior no Brasil, bem como a entrada do neoliberalismo no país e suas principais medidas. No segundo item, analisaremos o processo de democratização do ensino superior nacional, entre os anos de 1995 a 2010, bem como as "reformas" ocorridas nesse período para atingir tal objetivo.

2 NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO SUPERIOR

É sabido, que na cena contemporânea, os direitos sociais conquistados historicamente pelas lutas da classe trabalhadora vêm sofrendo diversos ataques com a política socioeconômica neoliberal adotada pelo Estado, em âmbito mundial datada nos anos 1970. Em relação ao Brasil e aos demais países latino-americano, esse processo ocorreu um pouco depois, em 1989, através do consenso de Washington, na qual foi estabelecido um conjunto de diretrizes para a implementação do projeto neoliberal nesse continente, sob a determinação dos organismo internacionais, entre eles Banco Mundial(BM) e Fundo Monetário Internacional(FMI).

Com a implementação do neoliberalismo, há um processo de inflexão nas receitas do Estado, tendo em vista que a teoria neoliberal estabelece que os gastos[4] com as políticas sociais e de atendimento a demanda da classe trabalhadora por melhores condições de vida, precisam ser controlados drasticamente (ABRAMIDES, 2006). Essa contenção de "gastos"[5], geram um processo de desmonte dos direitos sociais outorgados na Constituição Federal de 1988, que sofreu duros golpes logo após a sua promulgação, com a implementação desse sistema no Brasil, e a iniciação do processo de contra-reforma do Estado, com desconstrução de princípios e premissas constitucionais, materializados através de leis, portarias, decretos e emendas constitucionais.

Assim sendo, nos anos de 1990, no nosso país propagou-se na mídia e nos meios políticos e intelectuais uma grande campanha em torna das reformas

[5] Entendemos que os recursos destinados a área social são investimentos e não gastos, como afirma a teoria neoliberal.

(BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Buscando, dessa forma, legitimação por parte da população, através do discurso de que o Estado se encontrava numa grande crise econômica e que precisava conter os "gastos" para não onerar o aparato estatal.

Como afirma Behring e Boschetti (2011) o que se pode observar eram "reformas" no âmbito do Estado orientadas para o mercado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e nesse processo desprezando as conquistas da carta constitucional, na qual era vista como atrasada, deixando aberto o caminho para o novo "projeto de modernidade"(p. 148).

No entanto, depreende-se que o conjunto de medidas tomadas pelo Estado para conter a crise capitalista, estava longe de se constitui numa reforma, haja vista que não continha progressos reais para o nosso país, se constituindo nas palavras de Behring (2003, p. 58) em uma "contra-reforma", já que existe uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal, bem como um aspecto realmente regressivo quando da implementação de seu receituário". O ponto central da contra-reforma, estava no ajuste fiscal, sob os argumentos de que o problema estaria localizado no Estado e por isso era necessário corrigir distorções e reduzir custos (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Nesse viés, houve uma drástica redução de investimentos na área social, havendo um processo de desresponsabilização e desfinanciamento nas políticas sociais.

É diante desse contexto, de ataques e desmonte das conquistas sociais, que se encontra a política de educação, que assim como as demais políticas sociais, não está isenta nessa conjuntura. No caso do ensino superior, nosso objeto de análise, o mesmo sofre diversos rebatimentos com a implementação do neoliberalismo no Brasil, que sob o slogan de democratização de seu acesso sofreu um conjunto de contra-reformas.

Por conseguinte, o Estado neoliberal com ampliação do ensino superior tinha suas próprias estratégias, para conseguir materializar as várias demandas do grande capital, tanto relativo à mercantilizarão desse nível de ensino, como pela demanda do capitalismo por mão de obra qualificada. Não se pode fazer uma análise da democratização da educação superior sem fazer uma relação entre o Estado e o sistema capitalista apontado o favorecimento do primeiro em relação ao segundo.

Antes de adentrarmos no contexto da contra-reforma da educação superior no período de 1995 a 2010, iremos tecer algumas inferências sobre a gênese dessa modalidade de ensino no Brasil, para assim podermos entender o seu processo de democratização e ataques sofridos.

Nesta feita, os primeiros cursos de ensino superior no Brasil começaram a ser criados com a chegada da família real portuguesa no país, em 1808**,** surge daí o interesse e a necessidade da elite

> [...] de se criar escolas médicas na Bahia e no Rio de Janeiro: em fevereiro de 1808 surge o Colégio Médico-cirúrgico da Bahia e em abril do mesmo ano a cadeira de Anatomia é criada no Hospital Militar do Rio de Janeiro (VASCONCELOS, 2010, p. 601).

O ensino superior brasileiro, desde seu início tinha um caráter elitista e com ações pontuais, tendo em vista a criação dos cursos individuais de engenharia, medicina, direito em institutos isolados e com características profissionalizantes, para que os filhos da elite portuguesa pudessem ter acesso a esse nível de ensino, bem como para atender a demanda por essas profissões, necessárias para o desenvolvimento da colônia. Essas profissões eram consideradas estratégicas e importantes para os "filhos da aristocracia colonial, que não podiam mais estudar na Europa, devido ao bloqueio de Napoleão" (VASCONCELOS, 2010, p. 602).

Assim sendo, a partir da década 1930, surge de fato o interesse de uma ação mais planejada e sistematizada para a educação em todos os níveis de ensino, devido ao ingresso do país no processo industrialização e urbanização. O governo na época objetivava a modernização do Brasil e para isso necessitava de mão de obra qualificada

> Foi durante a década de 1930 do século XX que a Educação passa a ser reconhecida como um direito público regulamentada pelo Estado. Entretanto, nas respectivas Constituições, tais direitos ainda não estavam assegurados integralmente (VASCONCELOS, 2010, p. 603).

O ensino superior no século XX teve algumas transformações e um marco muito importante que consiste no fato dessa forma de ensino atender as massas e não exclusivamente as elites (MARTINS, 2002, p. s/p). As décadas de 1990 a 2000 a política de educação "é marcada pela "flexibilização" das formas e condições de acesso educação superior" (DUARTE JÚNIOR, 2013, p.56). Isso ocorreu também,

devido à pressão do movimento estudantil que suscitou diversos debates em torno da educação, buscando sua ampliação e democratização, e posteriormente obtivemos grandes marcos na área educacional, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996).

Com a entrada do Brasil no neoliberalismo**,** o nosso país adotou diversas medidas para que o Estado se adequasse aos novos ditames dos organismos internacionais (FMI, BM) e como isso diversas áreas foram afetadas com as mudanças ocorridas, entre elas, o âmbito educacional, como veremos a seguir.

2.1 Contra-reforma do ensino superior nos anos de 1995 a 2010[6]

A expansão do ensino superior no Brasil é um tema de extrema importância, seu debate na contemporaneidade se torna imprescindível, principalmente nas duas últimas décadas (1990-2010), considerando que tivemos um presidente da república com um discurso e ações direcionadas para a democratização da educação superior. Com isso, faz-se necessário a investigação desse período, haja vista, o ensino de nível superior desde sua gênese possuir características elitistas.

Com a entrada do Brasil no sistema neoliberal, o nosso país adotou diversas medidas para que o Estado se adequasse aos novos ditames dos organismos internacionais (FMI, BM) e, como isso, o âmbito educacional também sofreu mudanças significativas

> [...] a partir dos anos 1990, a política educacional implementada pelo Banco Mundial aos países periféricos está diretamente ligada à expansão do ensino privado e à privatização do ensino público, especialmente, no que concerne ao ensino superior. Assim, é um setor que passa a ser concebido como um serviço que pode ser vendido, e não mais como um direito **(**NOMERIANO *et al*, 2012, p. 02).

Outrossim, o Estado desenvolve suas ações em duas direções, a primeira é o processo de privatização e mercantilização dos serviços sociais, tanto pela

[6] Esse tópico do trabalho é fruto do trabalho de conclusão de curso intitulado "ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM DEBATE: um estudo sobre as condições de permanência dos estudantes cotistas sociais do curso de serviço social da UERN" apresentada no ano de 2019 por Mariana Sousa, sob orientação da Profa. Dra. Gilcélia Góis.

contratação de serviços privados, quanto pelo sucateamento do serviço público. Assim, o ensino superior, se constitui em uma grande fonte de lucro para o capitalismo que aliado com o Estado visa a retirada da educação da esfera do direito público e o transfere para a esfera privada, dos que podem pagar pelos serviços, transformando-a em mercadoria.

Por conseguinte, ao analisarmos a elaboração e implementação das políticas elaboradas pelos organismos internacionais para a educação superior, observa-se que

> [...] da metade da década de 1990 a primeira década do novo século. Neste período, os governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, em absoluta consonância com as políticas do BM, operaram um conjunto de reformulações na política de educação superior a partir de dois eixos centrais: a diversificação das instituições de ensino superior (IES) e dos cursos e a diversificação das suas fontes de financiamento (LIMA, 2011, p. 87).

A contrarreforma do ensino superior deu seu primeiro passo com a diversificação e diferenciação das Instituições de Ensino Superior (IES) e dos cursos em Universidades, Centros Universitários, Faculdades isoladas e integradas, Institutos superiores de educação. A partir daí começou a existir as instituições não universitárias[7], em que os gastos por estudante são diminuídos (NOMERIANO *et al*, 2012).

A segunda contrarreforma nas IES promovido pelo Estado, em consonância com os planos do Banco Mundial para os países da periferia do capital[8]diz respeito as alterações das fontes de financiamento das Instituições Superiores públicas, onde há

> [...] defesa da não exclusividade do financiamento público e da consequente maior participação de fundos privados no ensino superior. E algumas seriam as maneiras de se colocar isso em prática: participação dos estudantes nos gastos por meio do pagamento de matrículas e mensalidades e arrecadação de fundos de ex-alunos, através de doações desses e de empresas privadas (NOMERIANO *et al*, 2012, p. 03-04).

O Estado passa a se desresponsabilizar e a flexibilizar as formas de financiamento das IES, através também da comercialização de “serviços

[7] “Dividem-se em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Centros de Educação Tecnológica (CETs), faculdades integradas, faculdades isoladas e institutos superiores de educação” (MONDINE; DOMINGUES, 2005, s/n).
[8] Ver em: Florestan Fernandes (1973) e (2006).

educacionais", como consultorias e pesquisas, do corte de verbas públicas para tarefas não relacionadas com a educação, a exemplo do alojamento/moradia estudantil e alimentação (BANCO MUNDIAL *apud* LIMA, 2011). Todo esse processo de sucateamento do público e recebimento de capital privado, pode-se ver um claro processo de privatização no interior das universidades públicas. Alia-se a isso, o espaço deixado pela Constituição Federal de 1988 para a expansão do ensino privado, que em seu artigo 209, alude que "O ensino é livre à iniciativa privada" (BRASIL, 1988). Com isso, no ensino superior brasileiro o crescimento de matrículas de discentes na esfera privada mostra-se bem maior que o do conjunto das redes públicas (CORBUCCI, 2019, s/p).

E como consequência dessa opção/alternativa deixada pela nossa Carta Magna temos a retirada da responsabilidade exclusiva do setor público no financiamento e manutenção das IES públicas, por meio de uma maior autonomia administrativa e financeiras, das respectivas instituições para captar recursos extras, públicos ou privados (NOMERIANO *et al* 2012). Compreende-se claramente que a "autonomia" deixada para as instituições superiores públicas se resume apenas a questão financeira, num processo de desresponsabilização por sua manutenção, sendo que as principais decisões tomadas relativas ao ensino superior é advinda do governo federal, de forma autoritária e sem diálogo com a comunidade acadêmica, como por exemplo, a nomeação de alguns reitores ilegítimos, feito pelo atual presidente Jair Bolsonaro, que não respeitou o processo democrático, nem levou em consideração a decisão dos(as) cidadãos(ãs) que compõe a universidade[9].

Dando continuidade, ainda no governo de FHC, ocorreu uma importante medida objetivando pôr em pratica as orientações do Banco Mundial para as IES, a transformação das universidades em organizações sociais, no qual seriam regidos por contratos de gestão, inclusive foram criados os serviços federais que não eram exclusivos do Estado (NOMERIANO *et al* 2012). Esse processo retira do Estado a sua

[9] Ver: MELO, Ésio. **Bolsonaro nomeia reitor eleito do** Ifal, mas **não respeita o processo democrático em outras Instituições Federais.** Sintietfal, Maceió/AL, 26 jun.2019. Disponível em:< http://www.sintietfal.org.br/2019/06/bolsonaro-nomeia-reitor-eleito-do-ifal-mas-nao-respeita-o-processo-democratico-em-outras-instituicoes-federais/>. Acesso em: 29 jan.2021.

obrigação com os serviços e políticas sociais e repassa toda essa responsabilidade para a sociedade.

Nesse contexto, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva inicia seu mandato no ano de 2003 a 2010, com grandes expectativa e as atenções da esquerda voltadas para o primeiro presidente eleito da classe trabalhadora e do movimento sindical, pois esperava-se por parte de seus seguidores uma ruptura radical com a política educacional adotada pelo seu antecessor, entretanto, o que se viu foi a continuação do processo de contrarreforma universitária com maior intensidade, para a "descontentamento" da esquerda.

Desta forma, no governo Lula, o que se pode evidenciar é uma continuidade das contrarreformas iniciadas pelo ex-presidente FHC, como afirma o ANDES (2004)

> [...] fica evidente que o governo Lula mantém a mesma pauta dos organismos internacionais e do governo neoliberal de FHC para a reforma de educação brasileira: a) investimento mínimo no combate ao analfabetismo, no financiamento da educação fundamental e no ensino médio; b) abertura do setor educacional, especialmente da educação superior, para a participação das empresas e grupos estrangeiros, estimulando a utilização das novas tecnologias educacionais, por meio da educação superior a distância e, c) diversificação das fontes de financiamento da educação superior (ANDES, 2004, p.14).

Assim, o Brasil continuou de acordo com as recomendações do organismos internacionais para as políticas sociais, bem como para a pauta educacional, sempre se organizando de acordo com necessidades do capitalismo mundial, buscando sempre atrair investidores e participação do capital estrangeiro, e um dos seus grandes "trunfos" é a educação superior, que passa a ser regida pelos ditames do mercado, tendo em vista ser um dos setores mais lucrativos, estimulando assim, uma educação com qualidade questionável, haja vista a expansão da educação a distância, do ensino privado e a diversificação das fontes de financiamento, que interferem diretamente na qualidade do ensino.

Dando continuidade, a reforma universitária do governo petista, segundo seus porta-vozes, objetivava a expansão dos IES. No entanto, nos cabe questionar como se deu esse processo, considerando que havia um pacto entre o Brasil e os Organismos Internacionais que visavam interesses puramente econômicos e a privatização da educação superior. Como aponta Paula *et al* (2016)

> As principais ações do Estado para a educação superior, no primeiro mandato de Lula da Silva, foram: a inauguração do Programa Universidade para Todos (ProUni), a Lei de Inovação Tecnológica, a educação à distância (EaD), Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e as Parcerias Público-Privadas. (PAULA *et al*, 2016, p. 72)

Outrossim, iremos a seguir fazer uma breve explanação dos programas implementados e ampliados no ensino superior no primeiro mandato de Lula, entre os quais, o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

Destes programas, um dos primeiros a ser implementado foi o Programa Universidade para Todos (ProUni), em 2005 pela Lei nº 11.096/2005, que segundo o Ministério da Educação tem por finalidade

> [..] a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, 2021).

A partir desse primeiro programa é notório o viés ideológico neoliberal seguido pelo governo petista, que ao invés de investir os recursos financeiros do Estado em mais vagas nas universidades públicas, financia bolsas de estudo integrais e parciais de 50% para os estudantes de baixa renda nas instituições de ensino superior particulares. Mas entendemos que

> [...] o grande beneficiário das bolsas do propagado programa é o setor de ensino superior com fins lucrativos (294.365 bolsas, o que equivale a 49%), uma vez que essas empresas são isentas de vários impostos e a previsão da renúncia fiscal é de cerca de R$ 3 bilhões por ano (somando o ProUni com o FIES). Trata-se da transferência de recurso do fundo público para o setor privado, por meio da já citada isenção fiscal (NOMERIANO *et al*, 2012, p. 07).

É uma falácia do governo petista inferir que a criação do PROUNI ocorreu somente para democratizar o acesso ao ensino superior, pois sabemos que essa implementação ocorreu dentro das diretrizes dos organismos internacionais e do grande empresariado nacional e internacional que viu no ensino superior uma grande fonte de lucro. Tendo em vista, que além de investir recursos públicos nas empresas de nível superior privadas, as deixam isentas de impostos importantes para o

financiamento da seguridade social[10], na qual faz com que essas políticas continuem sendo negligenciadas com a falácia de crise fiscal.

Em relação ao FIES, o programa não foi criado no governo Lula, no entanto, foi nessa gestão que ocorreu sua ampliação, como aponta Lugarini (2018, s/p), o Fies "que já existia, foi finalmente implementado no governo Lula. Nele, foi determinado o fim da exigência de fiador por parte do estudante". Assim sendo, o programa teve-se por parte dos(as) discentes uma maior facilidade para ser ter acesso ao Fundo de financiamento, com a retirada da exigência de fiador.

A partir do panorama geral dos dois programas, destacamos a sua importância das iniciativas para que os(as) estudantes de baixa renda tenham acesso ao ensino superior, entretanto, em vez de se investir nas IES particulares, deveria ser ampliado as vagas e os recursos destinados ao Ensino superior público. Fica-se claro assim, o processo de privatização e contra-reforma da educação superior brasileira sob o slogan de democratização

> [...] por trás de uma enorme campanha publicitária e da retórica da democratização do acesso à educação superior, se esconde, na verdade, um plano de privatização gradual das IES públicas e de vantagens aos empresários do ensino privado (NOMERIANO *et al,* 2012, p. 05).

Por conseguinte, esse processo de privatização do ensino superior foi fortemente combatido pelo movimento estudantil, na qual tem como uma de suas maiores pautas de luta uma educação pública, gratuita e de qualidade. No segundo mandato de Lula,

> Com as manifestações das camadas populares tendo como pauta a reivindicação por educação de qualidade, por conta das resistências e críticas recebidas no decorrer do primeiro mandato de Lula da Silva, bem como a necessidade da internacionalização da universidade, em [...] 2007 algumas políticas direcionadas à educação superior pública, em especial no que diz respeito às universidades federais foram implementada (SILVA JÚNIOR; MANCEBO, 2012 *apud* PAULA *et al*, 2016, p 75).

Dialogando com os(as) autores(as), inferimos que o segundo mandato do governo petista, apesar de dar continuidade ao processo de privatização das

[10] Como, por exemplo, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade.

universidades brasileiras, atendeu a pressão das camadas populares em defesa da educação pública, investindo na criação e ampliação de vagas nas IES pública.

Nesse viés, o governo Federal através do decreto 6.096/2007 implementa o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o programa faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O artigo primeiro do decreto expõe que o REUNI visa *"*criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais" (BRASIL, 2007).

Mesmo com a criação do decreto, o financiamento para a implementação do mesmo não é definido e continua incongruente com as mudanças que serão trazidas pelo REUNI, pois há um processo de "aproveitamento" da estrutura e recursos humanos. Questionamos essa parte do primeiro artigo, pois como pode haver um processo de expansão sem investimento e planejamento financeiro, na qual está

> [...] limitado a 20%, condicionado à capacidade orçamentária e operacional do MEC e tendo o montante do financiamento sido comprometido nos dois primeiros anos do período previsto, o que acontecerá com as IES que já ampliaram suas vagas com a abertura de novos cursos ou cursos noturnos? (NOMERIANO *et al*, 2012, p. 08).

Com o aumento de vagas e abertura de novos cursos, todos os funcionários tendem a ficarem sobrecarregados. Em relação aos docentes, devemos também levar em consideração que o trabalho dos professores não se resume as salas de aula, mas em "atividades de pesquisas e extensão" (NOMERIANO *et al,* 2012, p. 08), bem como programas de pós-graduação, entre outras atividades, o que acaba por gerar "um ensino dito superior, massificado e sem qualidade, intensificando ainda mais o processo de precarização do trabalho docente nas IES públicas" (NOMERIANO *et al,* 2012, p. 08).

Outrossim, antes da implementação do REUNI pelo governo Lula, em 2005 começou o processo de interiorização dos Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) (NOMERIANO *et al,* 2012). Com esse aumento no número de vagas em umas Instituições de ensino superior e a criação de novos campus *"*o que se verifica é o aumento significativo do número de alunos matriculados nas IFES sem que tenha

havido ampliação correspondente na estrutura física e no corpo docente e técnico-administrativo" (NOMERIANO *et al*, 2012, p.09).

Por conseguinte, dentre outras medidas do governo petista para à educação superior, tivemos a lei 11.892 de 2008 que visa implementar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, na qual são criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o país, que oferece o ensino superior, básico e profissional.

Ao fazermos um aparato geral do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, vemos que a sua gestão teve avanços e retrocessos no que tange o ensino superior. Pois, vemos o claro consenso de classe e a implementação das orientações dos organismos internacionais no que diz respeito a essa política. Pois há um paralelo em relação "o que temos é a prática que se viu consolidada ao longo de todas as iniciativas do governo Lula no campo da educação: a confusão entre o público e o privado e a própria privatização do setor público" (NOMERIANO et al, 2012, p. 07).

3 CONCLUSÃO

Na conjuntura sociopolítica vigente, depreende-se que o Estado, com premissas neoliberais, tem atacado duramente os direitos sociais historicamente conquistados pelos(as) trabalhadores(as). Logo, a educação superior, como as demais políticas sociais, não é exceção. Com a entrada do país no sistema neoliberal, os organismos internacionais instituíram seus objetivos para essa modalidade de ensino. Sob o slogan de democratização e "reforma" nas IES o que ocorreu foi um processo de contra-reforma, com um duplo processo privatista, em que as instituições de educação superior públicas, além de sucateadas, estavam sendo privatizadas em seu interior e o que se vislumbrou para as IES particulares foi um amplo investimento de recursos públicos destinados na área.

Alia-se a esse processo, a falta de investimento no setor público, haja vista que no governo Lula houve um aumento de vagas nas instituições de ensino superior federais, através de alguns programas. No entanto, isso foi feito sem o investimento correspondente, gerando assim, uma sobrecarga nos funcionários das instituições,

sejam técnicos, docentes, entre outros, bem como não havia estrutura adequada para o recebimento dos(as) discentes.

Por fim, entende-se que com a adesão do Brasil ao neoliberalismo, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, bem como de seu sucessor, Luís Inácio Lula da Silva, a educação superior, apesar da expansão no número de vagas, teve também muitos retrocessos, haja vista ser um dos setores mais lucrativos e de interesse do capitalismo no intuito de elevar suas taxas de lucro. Assim, o viés de educação superior, que está por trás do sistema neoliberal e do capital e orientado pela lógica mercadológica e privatista.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. O projeto ético-político profissional do serviço social brasileiro. 2006. 426 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ANDES. A contra-reforma da educação superior: uma análise do ANDES-SN das principais iniciativas do governo Lula. Brasília, 2004.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e História. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, E. R. Brasil em contra-reforma**:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI. Brasília, 13 de janeiro de 2005.

BRASIL. **Lei nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

CORBUCCI, Paulo. O Ensino Superior Brasileiro na Década de 90**.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2019. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensiao2_ensino.pdf > . Acesso em: 11 jun.2019.

DUARTE JÚNIOR, Nestor G. A assistência estudantil e as cotas sociais nas universidades estaduais do Nordeste: as faces do acesso ao direito. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UFRN, Natal, RN, 2013.

LIMA, Kátia R. de S. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2011. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a10.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2021.

LUGARINI, Verônica. Como ministro, Haddad democratizou o acesso à educação ao lado de Lula. Portal Vermelho Dia, 11⁄09⁄2018. Disponível em: < http://www.vermelho.org.br/noticia/314917-1 >. Acesso em: 29 jan. 2021.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. Acta Cir. Bras. vol.17, suppl.3 São Paulo, 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001 >. Acesso em: 29 jan. 2021.

MELO, Ésio**. Bolsonaro nomeia reitor eleito do Ifal, mas não respeita o processo democrático em outras Instituições Federais.** Sintietfal, Maceió/AL, 26 jun.2019. Disponível em:< http://www.sintietfal.org.br/2019/06/bolsonaro-nomeia-reitor-eleito-do-ifal-mas-nao-respeita-o-processo-democratico-em-outras-instituicoes-federais/>. Acesso em: 29 jan.2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO(MEC). ProUni - Apresentação**.** 2021. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/prouni-sp-1364717183/apresentacao>. Acesso em: 29 jan. 2021.

MONDINI, Vanessa E. D; DOMINGUES, Maria J. C. de S. Entendendo a classificação das ies no brasil. V colóquio internacional sobre gestión universitária en América del Sur, 2005.

NOMERIANO, A. S; MOURA, S. M. L. de; DAVANÇO, S. R. **Expansão do ensino superior no governo lula da silva:** prouni, reuni e interiorização das ifes. IV colóquio internacional "educação e contemporaneidade". EIXO TEMÁTICO: Ensino Superior no Brasil. São Cristovão- SE⁄Brasil 20 a 22 de setembro de 2012.

PAULA, A. S. do N de. Et al. **A Educação Superior no limiar do governo Lula da Silva (2003-2010):** políticas públicas educacionais nos marcos da reforma universitária. Revista Em Debate (UFSC), Florianópolis, v 15, p. 69-82, 2016.

VASCONCELOS, Natália. **Programa Nacional de Assistência Estudantil:** uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, 2010.